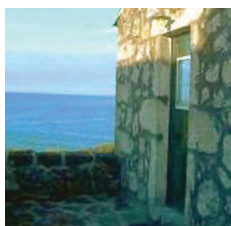
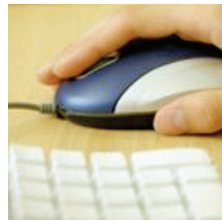
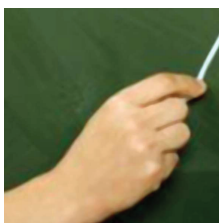


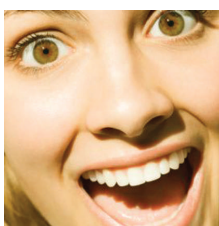
A OPÇÃO CORRETA,
NO MOMENTO CERTO!



ESCOLA PROFISSIONAL
MONSENHOR JOÃO MAURÍCIO
DE AMARAL FERREIRA



ANO LETIVO
2017/2018



ACORES
2020



GOVERNO
DOS AÇORES

PORTUGAL
2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

PROG. OPER. REACTIVAR



REGULAMENTO

REATIVAR

CONTACTOS

- > **Local** Rua 1.º Barão das Laranjeiras, n.º12
- > 9650 - 418 Povoação
- > **Telf.** 296 550 020
- > **Fax** 296 550 025
- > **epp**@eppovoacao.pt
- > **Site:** www.eppovoacao.pt

Índice

Índice	1
I - Enquadramento, âmbito e objetivos do Programa Reactivar	2
Artigo 1.º - Enquadramento	2
Artigo 2.º - Âmbito e Definição	2
Artigo 3.º - Objetivos	2
II – Organização do Programa Recativar	3
Artigo 4.º - Destinatários	3
Artigo 5.º - Horários	3
Artigo 6.º - Cursos	3
Artigo 7.º - Percursos formativos	4
Artigo 8.º - Referenciais de Formação	4
III – Percursos de formação	4
Artigo 9.º - Componentes fundamentais	4
Artigo 10.º - Reactivar de nível 2 de formação	5
Artigo 11.º - Reactivar de nível secundário	5
Artigo 12.º - Formação Prática em Contexto de Trabalho	5
IV - Organização e Funcionamento Escolares	6
Artigo 13.º - Espaços Escolares	6
Artigo 14.º - Aulas	6
V – Regime de Assiduidade	6
Artigo 15.º - Assiduidade	6
Artigo 16.º - Faltas justificadas e injustificadas	7
Artigo 17.º - Limite de Faltas	7
Artigo 18.º - Efeitos da Ultrapassagem do Limite de Faltas	7
Artigo 19.º - Bolsa de Formação	7
VI – Regime de Avaliação	8
Artigo 20.º - Designação	8
Artigo 21.º - Caracterização	8
Artigo 22.º - Processo	9
VII – Certificação	9
Artigo 23.º - Condições de certificação	9
VIII - Revisão do regulamento específico do Programa Reactivar	10
Artigo 24º - Revisão do Regulamento	10
IX - Disposições Finais	10
Artigo 25.º - Disposições Finais	10

REGULAMENTO ESPECÍFICO DO PROGRAMA REACTIVAR**I - Enquadramento, âmbito e objetivos do Programa Reactivar****Artigo 1.º - Enquadramento**

1. O Programa REACTIVAR foi criado pela Portaria n.º 82/2003, de 16 de Outubro e posteriormente modificado pela Portaria n.º 71/2006, de 24 de Agosto. Os Cursos de Alfabetização e Atualização de Competências de Literacia foram criados pela Portaria 19/2007, de 12 de Abril, e destinavam-se ao combate do analfabetismo literal e funcional e à promoção de uma escolarização de segunda oportunidade, em contextos não formais de educação de adultos.
2. Pensado, numa primeira fase, como um Programa voltado unicamente para adultos desempregados, o Reactivar, na sua mais recente versão (Portaria n.º 107/2009, de 28 de Dezembro), passa a abranger toda a população adulta que busca quer uma habilitação escolar, quer uma certificação profissional, numa lógica de dupla certificação e aumento das qualificações da população ativa açoriana. Simultaneamente permite a introdução, na região, dos percursos formativos presentes no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ).

Artigo 2.º - Âmbito e Definição

1. Os Cursos do Programa Reactivar são uma oferta de dupla formação para adultos que pretendam elevar as suas qualificações.
2. O Programa Reactivar assume-se presentemente como um Programa da iniciativa das Secretarias Regionais da Educação e Formação e do Trabalho e Solidariedade Social, que visa qualificar adultos, por forma a facilitar a sua (re)integração e permanência na vida ativa, através de perfis de formação que contemplam uma tripla valência: reforço das competências académicas, pessoais, sociais e relacionais, aquisição de saberes no domínio científico-tecnológico e uma experiência na empresa.
3. No final de um processo formativo estruturado a partir de perfis-tipo devidamente regulamentados, tendo em conta os pré-adquiridos e os perfis de saída visados, os diplomados obtêm uma certificação profissional relativa a uma formação de nível 1, 2 ou 4, associada a uma progressão escolar, com equivalência ao 2.º e ao 3.º Ciclos do Ensino Básico ou ao Ensino Secundário e, ainda uma formação de nível 5 que poderá possibilitar creditação de acordo c/ protocolos celebrados com instituições do Ensino Superior.

Artigo 3.º - Objetivos

1. O Programa Reactivar, implementado nos Açores em 2003, reveste-se de uma importância estratégica no quadro das políticas de Educação-Formação-Trabalho, na medida em que constitui para os adultos uma alternativa ao sistema formal de ensino, contribuindo decisivamente para:
 - a) O aumento das qualificações profissionais dos adultos, associado ao crescimento das respetivas qualificações escolares;

- b) A reorientação para vias profissionalizantes, potenciando o desenvolvimento de novos profissionais qualificados, para dar resposta à necessidade das empresas, numa perspetiva de aumento da sua competitividade.

II – Organização do Programa Recativar

Artigo 4.º - Destinatários

1. Os cursos do Programa Reactivar destinam-se a pessoas com idade igual ou superior a 18 anos à data do início da formação, sem a qualificação adequada para efeitos de inserção ou progressão no mercado de trabalho.
2. A título excecional e sempre que as condições o aconselhem, poderá ser aprovada a frequência por formandos a partir dos 16 anos, inclusive, à data do início da formação, desde que se encontrem em uma das seguintes situações:
 - a) Comprovadamente em situação de grave exclusão social e intervencionados pelos sistemas de ação social, saúde mental, protecção e justiça, situação que terá de ser validada pelos serviços de ação social;
 - b) Comprovadamente inseridos no mercado de trabalho. Os cursos de nível secundário, ministrados em regime diurno ou a tempo integral, só podem ser frequentados por adultos com idade igual ou superior a 23 anos.

Artigo 5.º - Horários

1. O desenvolvimento dos cursos deve organizar-se com base nas seguintes cargas horárias diárias, em função do regime adotado pela entidade:
 - a) Regime Laboral (diurno ou a tempo integral) - 6 a 7 horas diárias, 30 a 35 horas semanais;
 - b) Regime Pós-Laboral - 3 a 4 horas diárias.
2. A carga horária deve adequar-se às características e necessidades do grupo em formação, salvo quanto ao período de FPCT, em que a distribuição horária deve ser determinada em função do período de funcionamento da entidade enquadradora.

Artigo 6.º - Cursos

1. Os cursos do Programa REACTIVAR organizam-se:
 - a) Numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida, enquanto instrumento promotor da (re)inserção socioprofissional e de uma progressão na qualificação;
 - b) Em percursos formativos desenvolvidos de forma articulada, integrando uma formação de base e uma formação tecnológica, ou apenas uma destas;
 - c) Em percursos flexíveis de formação, quando definidos a partir de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências, adiante designados por RVCC, previamente adquiridas pelos adultos por via formal, não formal e informal;
 - d) Num modelo de formação modular estruturado a partir dos referenciais de formação que integram o CNQ, privilegiando a diferenciação de percursos formativos e a sua contextualização no meio social, económico e profissional dos formandos;
 - e) No desenvolvimento de formação centrada em processos reflexivos e de aquisição de saberes e competências que facilitem e promovam as aprendizagens, através do

módulo Aprender com Autonomia para os cursos de nível básico e do Portefólio Reflexivo de Aprendizagens para os cursos de nível secundário.

Artigo 7.º - Percursos formativos

1. O Programa Reactivar oferece os seguintes percursos formativos:
 - a) Nível básico;
 - b) Nível secundário;
 - c) Formações modulares.
2. Os cursos do Programa Reactivar desenvolvem-se, preferencialmente, segundo percursos de dupla certificação, conferindo, em simultâneo, uma certificação escolar e uma qualificação profissional. A título excecional pode ser desenvolvida:
 - a) Apenas a habilitação escolar, sempre que tal se revele adequado ao perfil e história de vida dos adultos;
 - b) Apenas a componente de formação tecnológica correspondente, para os adultos já detentores do 3.º ciclo do ensino básico ou do nível secundário de educação, que pretendam obter uma dupla certificação.
3. Os cursos podem ser desenvolvidos em itinerários formativos contínuos ou modulares. As formações modulares são capitalizáveis para a obtenção de uma ou mais de uma qualificação constante no CNQ e permitem a criação de percursos flexíveis de duração variada, caracterizados pela adaptação a diferentes modalidades de formação, públicos-alvo, metodologias, contextos formativos e formas de avaliação.
4. As ações abrangem os níveis de qualificação de 1 a 5.

Artigo 8.º - Referenciais de Formação

5. Os referenciais de formação são constituídos por:
 - a) Uma formação de base estruturada em Unidades de Competência (UC), no básico, e Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD), no secundário;
 - b) Uma formação tecnológica estruturada em UFCD.
6. Existe sempre a possibilidade de construção de percursos flexíveis de formação, quando definidos a partir de processos de RVCC previamente realizados pela Rede Valorizar.

III – Percursos de formação

Artigo 9.º - Componentes fundamentais

1. Os cursos obedecem aos referenciais de formação associados às respetivas qualificações constantes do CNQ e são agrupados por áreas de educação e formação, de acordo com a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação.
2. Os referenciais de formação correspondem a planos curriculares organizados em duas componentes fundamentais, tanto para o nível básico como para o secundário:
 - a) Formação de Base, que se reporta a um determinado nível de escolaridade;
 - b) Formação Tecnológica, que define a qualificação profissional dos cursos;
 - c) Formação Prática em Contexto de Trabalho (FPCT).
3. Transversalmente às componentes organizadoras da formação, os referenciais apresentam ainda o módulo Aprender com Autonomia, inserido no nível básico, e a área de Portefólio Reflexivo de Aprendizagens, enquadrada no nível secundário.

Artigo 10.º - Reactivar de nível 2 de formação

1. Os cursos de nível 2 de formação compreendem uma formação de base e uma formação tecnológica.
2. A formação de base integra as quatro áreas de competências-chave constantes do referencial de competências-chave de nível básico:
 - a) CE – Cidadania e Empregabilidade;
 - b) LC – Linguagem e Comunicação;
 - c) MV – Matemática para a Vida;
 - d) TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação.
3. A formação tecnológica é constituída por UFCD de 25 e 50 horas.

Artigo 11.º - Reactivar de nível secundário

4. Os cursos de nível secundário compreendem uma formação de base que integra, de forma articulada, as três áreas de competências-chave constantes do respetivo referencial de competências chave de nível secundário:
 - a) CP – Cidadania e Profissionalidade;
 - b) STC – Sociedade, Tecnologia e Ciência;
 - c) CLC – Cultura, Língua e Comunicação.
5. A cada unidade de competência da formação de base corresponde uma unidade de formação de curta duração constante do Catálogo Nacional de Qualificações, que explicita os resultados de aprendizagem a atingir e os conteúdos de formação.
6. A organização do conjunto dos temas associados aos núcleos geradores e em torno dos quais se constrói o processo de aprendizagem na sua componente de formação de base, pode ser variável em função do perfil dos formandos.
7. A formação tecnológica é constituída por UFCD de 50 horas.

Artigo 12.º - Formação Prática em Contexto de Trabalho

1. Esta componente, adiante sempre designada por FPCT, realizada numa entidade enquadradora, tem como objetivos proporcionar:
 - a) Contacto com tecnologias e técnicas que se encontram para além das situações simuláveis durante a formação;
 - b) Aquisição de conhecimentos e competências inerentes a uma determinada qualificação profissional;
 - c) Oportunidade de aplicação dos conhecimentos e competências adquiridos em contexto de formação a atividades concretas em contexto real de trabalho;
 - d) Desenvolvimento de hábitos de trabalho, espírito empreendedor e sentido de responsabilidade profissional;
 - e) Vivências inerentes às relações humanas no trabalho;
 - f) Conhecimento da organização empresarial.
2. A FPCT está sujeita aos seguintes princípios:
 - a) A entidade formadora é responsável pela sua organização e pela sua programação, em articulação com a entidade onde se realiza aquela formação, a entidade enquadradora;

- b) As entidades enquadradoras devem ser objeto de uma apreciação prévia da sua capacidade técnica, em termos de recursos humanos e materiais, por parte da entidade formadora responsável pelo curso;
 - c) As atividades a desenvolver pelo formando durante o período de FPCT devem reger-se por um plano individual, acordado entre a entidade formadora, o formando e a entidade enquadradora, identificando os objetivos, o conteúdo, a programação, o período, horário e local de realização das atividades, as formas de monitorização e acompanhamento do adulto, com a identificação dos responsáveis, bem como os direitos e deveres dos diversos intervenientes;
 - d) A orientação e acompanhamento do formando são partilhados, sob coordenação da entidade formadora, entre esta e a entidade enquadradora, cabendo à última designar um tutor com experiência profissional adequada.
3. A organização da FPCT está regulada em regulamento próprio.

IV - Organização e Funcionamento Escolares

Artigo 13.º - Espaços Escolares

1. A Escola divide a formação profissional por vários espaços distintos, de acordo com as necessidades de formação e número de cursos, sendo que as normas se aplicam, com as devidas adaptações a cada um destes espaços.
2. A sede da Escola funciona em regime diurno (de segunda a sexta feira, das 8h00 às 18h00), podendo, por conveniência de serviço ou imposição superior, funcionar também aos sábados e em regime noturno.
3. Os horários de funcionamento das aulas, a distribuição dos tempos letivos e o calendário escolar são definidos, anualmente, pela Direção Técnico-Pedagógica da Escola.
4. Os formandos do Programa Reactivar são alunos da Escola, podendo usufruir de todos os espaços e serviços escolares destinados aos formandos.

Artigo 14.º - Aulas

1. Aplicam-se neste artigo as normas e princípios inscritos em “Aulas” no Regulamento Interno.

V – Regime de Assiduidade

Artigo 15.º - Assiduidade

1. A assiduidade do formando concorre para a avaliação qualitativa do seu percurso formativo.
2. Para efeitos de conclusão do percurso formativo com aproveitamento e posterior certificação, a assiduidade do formando não pode ser inferior a 90% da carga horária total. Este limite refere-se à carga horária total do percurso formativo.
3. No caso de ausência de um adulto no momento em que se desenvolvem as competências integradas numa determinada UC/UFGD, compete à equipa pedagógica, em articulação com o formando, definir as estratégias para a aquisição dessas competências.
4. Os procedimentos exigidos para a justificação de faltas são os presentes no regulamento interno.

5. Caso as faltas não tenham sido justificadas ou a equipa técnico-pedagógica não aceite as justificações apresentadas, o formando poderá não ser validado em uma ou mais UC ou UFCD.
6. Uma vez atingido o número máximo de faltas, o formando é excluído.
7. Os formandos a frequentar um curso em regime pós-laboral podem beneficiar do Estatuto de Trabalhador Estudante. Quando da aplicação do estatuto de trabalhador estudante resulte o não cumprimento dos limites de assiduidade previstos, deve a entidade formadora, em articulação com o formando, desencadear os mecanismos de recuperação necessários ao cumprimento dos objetivos inicialmente previstos.

Artigo 16.º - Faltas justificadas e injustificadas

1. Consideram-se justificadas as faltas motivadas por:
 - a) Doença comprovada ou acidente;
 - b) Falecimento de parentes ou afins;
 - c) Casamento;
 - d) Maternidade ou paternidade;
 - e) Doença comprovada ou acidente de familiar a cargo;
 - f) Qualquer dever imposto por lei, que não admita adiamento;
 - g) Motivos de força maior, devidamente comprovados e aceites pela Escola.
2. Por faltas injustificadas entendem-se todas as não previstas nas alíneas anteriores.

Artigo 17.º - Limite de Faltas

1. Os formandos estão impedidos de faltar, justificada e injustificadamente, a mais de 10% e 5% do número total de horas previsto para cada disciplina e para a FPCT, respetivamente.

Artigo 18.º - Efeitos da Ultrapassagem do Limite de Faltas

1. Ao abrigo do preceituado na Portaria nº107/2009, de 28 de Dezembro, a concessão aos formandos de bolsas ou de outros apoios está dependente da assiduidade e do aproveitamento que aqueles revelem durante a ação de formação.
2. Os formandos estão impedidos de faltar, justificada e injustificadamente, a mais de 10% e 5% do número total de horas previsto para cada disciplina e para a FPCT, respetivamente.
3. Os formandos, sempre que faltarem a um número superior a 3 tempos letivos previstos para o dia, seguidos ou intercalados, justificada ou injustificadamente, descontam um dia no subsídio de alimentação.

Artigo 19.º - Bolsa de Formação

1. A atribuição da bolsa de formação é condicionada pela assiduidade e pelo aproveitamento do formando da seguinte forma:
 - a) No que se refere à Assiduidade, e considerando o número de faltas mensais, o formando vê reduzido o valor da bolsa na seguinte proporção: 4 a 7 faltas, reduz 15% do valor total; 8 a 14 faltas, reduz 25% do valor total; 15 ou mais faltas, reduz 35% do valor total da bolsa a atribuir em cada mês;

- b) Aproveitamento:
- A não realização com aproveitamento de UC/UFCD acarreta, no trimestre de ensino-aprendizagem subsequente ao último momento de avaliação extraordinária, a dedução de um valor percentual sobre o valor mensal da bolsa de formação na seguinte proporção: 1 a 2 UC/UFCD em atraso, deduz 5% do valor total; 3 a 4 UC/UFCD em atraso, deduz 10% do valor total; 5 a 6 UC/UFCD em atraso, deduz 15% do valor total; 7 a 8 UC/UFCD em atraso, deduz 20% do valor total; 9 a 10 UC/UFCD em atraso, deduz 25% do valor total; 11 ou mais UC/UFCD em atraso, deduz 35% do valor total;
 - As UC/UCFD em atraso contam a partir da época de avaliação extraordinária imediatamente anterior;
 - As UC/UCFD em atraso são contabilizadas desde o início da formação até ao seu final.
- As medidas previstas nas alíneas a) e b) são aplicadas cumulativamente.
 - Excecionalmente, e mediante requerimento devidamente fundamentado a apresentar pelo formando à Direção Técnico-Pedagógica, pode a referida direção analisar o caso exposto pelo formando e, caso se justifique e não cause prejuízo para o cumprimento dos limites referidos anteriormente, a Direção Técnico-Pedagógica pode, nesse caso em particular, aumentar este limite, não constituindo esta decisão regra ou princípio que possa ser aplicado aos demais formandos. Na tomada de decisão será considerado o perfil de progressão do formando, a assiduidade e o aproveitamento.
 - O requerimento deve ser apresentado no prazo definido para a justificação de faltas.

VI – Regime de Avaliação

Artigo 20.º - Designação

- A avaliação incide sobre as aprendizagens efetuadas e competências adquiridas, de acordo com os referenciais de formação aplicáveis.
- A avaliação destina-se a:
 - Informar o adulto sobre os progressos, as dificuldades e os resultados obtidos no processo formativo;
 - Certificar as competências adquiridas pelos formandos à saída dos cursos.
- A avaliação contribui igualmente para a melhoria da qualidade do sistema, possibilitando a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento e reforço da confiança social no seu funcionamento.

Artigo 21.º - Caracterização

- A avaliação deve ser:
 - Processual, porquanto assente numa observação contínua e sistemática do processo de formação;
 - Contextualizada, tendo em vista a consistência entre as atividades de avaliação e as atividades de aquisição de saberes e competências;
 - Diversificada, através do recurso a múltiplas técnicas e instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza da formação e dos contextos em que a mesma ocorre;

- d) Transparente, através da explicitação dos critérios adotados;
- e) Orientadora, na medida em que fornece informação sobre a progressão das aprendizagens do adulto, funcionando como fator regulador do processo formativo;
- f) Qualitativa, concretizando-se numa apreciação descritiva dos desempenhos que promova a consciencialização por parte do adulto do trabalho desenvolvido, servindo de base à tomada de decisões.

Artigo 22.º - Processo

1. O processo de avaliação compreende:
 - a) A avaliação formativa, que permite obter informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens, com vista à definição e ao ajustamento de processos e estratégias de recuperação e aprofundamento;
 - b) A avaliação sumativa, que tem por função servir de base de decisão sobre a certificação.
2. Os critérios de avaliação formativa são, nomeadamente: a participação, a motivação, a aquisição e a aplicação de conhecimentos, a mobilização de competências em novos contextos, as relações interpessoais, o trabalho em equipa, a adaptação a uma nova tarefa, a pontualidade e a assiduidade.
3. A avaliação sumativa é expressa nos resultados de Com aproveitamento ou Sem aproveitamento, em função do formando ter ou não atingido os objetivos da formação.
4. Nos cursos de nível secundário, a avaliação formativa ocorre, preferencialmente, no âmbito da área de PRA, a partir da qual se revela a consolidação das aprendizagens efetuadas pelo adulto ao longo do curso.
5. A realização de provas práticas de avaliação final ocorre apenas no âmbito da qualificação para as profissões regulamentadas.

VII – Certificação

Artigo 23.º - Condições de certificação

1. Para efeitos da certificação conferida pela conclusão de um curso, o formando deve obter uma avaliação com aproveitamento em todas as componentes do seu percurso formativo.
2. O formando terá direito a um Certificado de Qualificações se:
 - a) Concluir com aproveitamento um curso (básico, secundário ou modular);
 - b) Concluir com aproveitamento uma ou mais Unidades de Competência (UC) ou Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) de um curso, mas que não permita a conclusão do mesmo.
3. O formando terá direito a um Diploma se:
 - a) Concluir com aproveitamento um curso de dupla certificação;
 - b) Concluir com aproveitamento um curso que permita a conclusão do ensino básico, ou do ensino secundário.
4. Um adulto que, no âmbito de um curso de dupla certificação de nível secundário, valide todas as competências da formação de base, mas não as da componente tecnológica, não tem direito à certificação escolar, mas apenas o certificado de qualificações com as Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) realizadas, podendo concluir a sua qualificação no âmbito de outro curso ou através de formações modulares.

VIII - Revisão do regulamento específico do Programa Reactivar

Artigo 24.º - Revisão do Regulamento

1. Em cada ano letivo, o Regulamento específico do Programa Reactivar pode ser objeto de retificação, de modo a garantir-se a eficiência na resposta aos desafios colocados à EPMJMAF.
2. A iniciativa de introduzir alterações ao Regulamento específico do Programa Reactivar, assim como a sua aprovação, cabe à Direção Técnico-Pedagógica da EPMJMAF, que, para tal, pode ouvir o Conselho Pedagógico, os conselhos de curso ou outros.

IX - Disposições Finais

Artigo 25.º - Disposições Finais

1. O presente Regulamento faz parte integrante do Regulamento Interno. As normas e preceitos neles contidos aplicam-se a todos os formandos do Programa Reactivar, complementando os princípios gerais definidos no Regulamento Interno.
2. Deste Regulamento, é dado conhecimento a todos os intervenientes no Programa Reactivar.
3. Qualquer situação omissa neste Regulamento em articulação com os restantes regulamentos em vigor na escola é, sempre que necessário, resolvida pela Direção Técnico-Pedagógica, de acordo com as suas competências, e/ou pela legislação vigente e aplicável ao ensino profissional.
4. O presente Regulamento foi aprovado pela Direção Técnico-Pedagógica na sua reunião de 22 de setembro de 2017, pelo que entrará imediatamente em vigor, vinculando todos os intervenientes no Programa Reactivar.

Vila da Povoação, 08 de setembro de 2014

Vila da Povoação, 22 de setembro de 2017

A Direção Técnico-Pedagógica

O Diretor Geral

(Octávio Henrique Ribeiro de Medeiros)

O Diretor Técnico-Pedagógico

(Tiago João da Costa Santos)

A Coordenadora de Curso

(Márcia de Fátima Silva)

O Coordenador de Curso

(Aurélíio Torres Aguiar)

O Coordenador de Curso

(Nuno Miguel da Costa Oliveira)

O Coordenador de Curso

(Ricardo Jorge Paiva Pimentel)